

O REGIME CIVIL-MILITAR NO BRASIL E A OPINIÃO PÚBLICA: DA INSTAURAÇÃO À LEGITIMAÇÃO DO GOLPE DE 1964

THE CIVIL-MILITARY REGIME IN BRAZIL AND PUBLIC OPINION: FROM THE INSTAURATION TO THE LEGITIMATION OF THE 1964 COUP



<https://doi.org/10.22228/rt-f.v16i1.1272>

Fernando Roque Fernandes¹



Universidade Federal de Rondônia (UNIR)



Orcid: <http://orcid.org/0000-0003-2911-088X>



E-mail: fernando.fernandes@unir.br

Resumo: O presente texto versa sobre o dimensionamento da opinião pública nos rumos políticos de uma sociedade democrática contemporânea na América Latina. Nesse caso, o Brasil. Para tanto, verifica os processos históricos que deram forma à instauração de um regime civil-militar no país. Ao evidenciar uma diversidade de percepções sobre o Golpe de 1964, apresenta um conjunto de elementos que narram a derrocada de um sistema democrático incipiente e a ascensão dos militares ao poder sopesando o lugar que a opinião pública ocupou na instauração daquele regime de exceção. Para o autor, a tomada do poder político, empreendida em 1964, foi dimensionada pela opinião pública, mas também pelo apoio de ampla parcela da sociedade civil que apoiou o golpe com o intuito de instaurar um regime civil-militar no país. Conclui considerando que a forte presença de parcela significativa de representantes da sociedade civil que não apenas apoiaram o Golpe, mas o legitimaram, dimensionaram os rumos da História Política no Brasil.

Palavras-chave: Regime Civil-Militar no Brasil; Opinião Pública; Golpe de 64.

Abstract: The purpose of the text is to embark on analyzes that highlight the role of public opinion in the processes that inform emergencies, consolidations and even depositions of political regimes in contemporary societies. To do so, we start from the events that involved the establishment of the Civil-Military Regime in Brazil, showing the extent to which the seizure of power by the armed forces and the use of mass communication instruments to validate the regime instrumentalized public opinion as a social apparatus. legitimizing the 1964 coup.

Keywords: Civil-Military Regime in Brazil; Public opinion; Hit of 64.

¹ Doutor em História Social da Amazônia pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Pará (PPHIST-UFPA). Professor de História Regional do Brasil pelo Departamento Acadêmico de História (DAH) e pelo Programa de Pós-Graduação em História da Amazônia (PPGHAM) da Universidade Federal de Rondônia (UNIR).

Rumores sobre o “perigo vermelho”

Na segunda metade do século XX, o contexto geopolítico global se referenciava pelas disputas em torno de sistemas econômicos divergentes e dava o tom das relações entre os Estados Unidos (EUA) e a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) através do desencadeamento de conflitos indiretos, de natureza bélica e ideológica, em diferentes regiões do planeta. Nesse período, a maioria dos países da América Latina vivenciaram fenômenos de efervescências político-militares que puseram em risco seus regimes democráticos.²

No Brasil, a instauração de um Regime Civil-Militar, em 1964, provocou mudanças radicais no Poder Executivo e acionou pautas até então pouco consideradas pelo *Estado*. Assim, a tomada do poder político pelas Forças Armadas, aliadas aos interesses da elite política e econômica, foi apoiada por parcela significativa da sociedade civil e se daria em meio às disputas ideológicas fragmentadas pelos anseios particulares de setores de uma nação dividida em relação aos rumos do país naquele momento de polarização política e geoeconômica mundial e de crise social.³

Numa das frentes políticas, ainda no governo de Juscelino Kubitschek, integrante do Partido Social Democrático (PSD)⁴, o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), através de João Goulart, então Vice-Presidente da República⁵ gestava, desde 1958, um conjunto de propostas denominadas de *Reformas de Base*. Estas visavam alterações na estrutura político-econômica que agissem diretamente contra as desigualdades sociais. Com a chegada de Goulart à Presidência da República, em 1961, tais propostas ganharam maior consistência ideológica ao tempo em que a aliança entre PTB e PSD enfraquecia, gerando ampla resistência deste último no Congresso Nacional. Daniel

² Dentre os países que passaram pela instauração de regimes políticos autoritários e ditatoriais na América Latina na segunda metade do século XX podemos citar: Argentina (1955-1958/1966-1973 e 1976-1983); Bolívia (1964-1982); Brasil (1964-1985); Chile (1973-1990); Paraguai (1954-1989); Peru (1968-1980) e Uruguai (1973-1985). Cf. CRIVELANTE, Mariana Ramos; JATENE, Caio Vargas & KOBASHI, Nair Yumiko. Projeto Memória e Resistência sobre as Ditaduras Cívico-Militares na América Latina. Universidade de São Paulo, [2016] 2021. Disponível em: http://www.usp.br/memoriaeresistencia/?page_id=8; Acesso em: 15 fev. 2021. Sobre as reflexões em torno da Guerra Fria e suas implicações na instauração de regimes ditatoriais na América Latina, conferir GESTEIRA, Luiz André Maia Guimarães. A Guerra Fria e as ditaduras militares na América do Sul. *Scientia Plena*, n. 10, vol. 12, p. 1-20, 2014. Disponível em: <https://scientiaplena.emnuvens.com.br/sp/article/view/2062>; Acesso em: 22 set. 2022.

³ Para um aprofundamento das análises sobre os rumos da América Latina no contexto do chamado nacional-estatismo, conferir REIS, Daniel Aarão. *Ditadura Militar, esquerdas e sociedade*. Coleção Descobrimos o Brasil, 3ª edição, Rio de Janeiro: Zahar, 2005. Neste trabalho, Reis apresenta elementos que nos permitem refletir sobre as representações das classes sociais brasileiras sobre o governo de João Goulart e os consequentes posicionamentos de grupos sociais na conjuntura internacional da Guerra Fria.

⁴ FUNDAÇÃO Getúlio Vargas. Os anos JK: o Governo de Juscelino Kubitschek. In *Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro pós 1930*. 2ª ed. Rio de Janeiro: FGV, 2001 - Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC - FGV), Rio de Janeiro-RJ, 2004. Disponível em: https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/JK/biografias/juscelino_kubitschek; Acesso em: 21 fev. 2021.

⁵ FUNDAÇÃO Getúlio Vargas. Jango: a trajetória política de João Goulart. In *Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro pós 1930*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2001 - Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC - FGV), Rio de Janeiro-RJ, 2004. Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/Jango/apresentacao>; Acesso em: 19 fev. 2021.

Aarão Reis observou que Goulart assumiu o Governo com “os poderes presidenciais castrados em um parlamentarismo híbrido, uma estranha fórmula constitucional em que se associava um presidente enfraquecido e um parlamento fraco”.⁶

Conforme Marieta de Moraes Ferreira, as *Reformas de Base* se direcionavam para questões de cunho bancário, fiscal, urbano, administrativo, agrário e universitário e seus expoentes se posicionavam em defesa de pautas como o direito de voto aos analfabetos, intervenção ampla do Estado na economia e maior rigor no controle da presença do capital internacional no país. Além disso, incluíam a extensão da legislação trabalhista aos trabalhadores rurais, valorização dos professores e das escolas públicas, programa de erradicação do analfabetismo, reforma fiscal de interesse popular, limitação da remessa de lucro para o exterior e legalização do Partido Comunista Brasileiro (PCB). O projeto das *Reformas de Base* gerava insatisfação na ala conservadora da elite política que se organizava de modo a conter o que denominava de “avanço comunista”.⁷

Em meio às disputas ideológicas, foi organizado no dia 13 de março de 1964, o evento denominado de *Comício das Reformas*. Ocorrida em frente à Estação Ferroviária Central do Brasil, no Rio de Janeiro, a manifestação inaugurava uma nova fase do governo de Goulart e evidenciava o desgaste entre o Chefe do Poder Executivo e seus opositores no Congresso Nacional. Na ocasião, ao lado de figuras como o Deputado Federal Leonel Brizola (PTB), o Governador de Pernambuco Miguel Arraes, do Partido Socialista Brasileiro (PSB) e o Ministro da Casa Civil Darcy Ribeiro (PTB), Goulart anunciaria seu *Programa de Reformas de Base* para cerca de trezentas mil pessoas.⁸

⁶ REIS, Daniel Aarão. Ditadura Militar, esquerdas e sociedade. Coleção Descobrimdo o Brasil, 3ª edição, Rio de Janeiro: Zahar, 2005, p. 12.

⁷ FERREIRA, Marieta de Moraes. As reformas de base. In Jango: A trajetória política de João Goulart. Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC - FGV), Rio de Janeiro-RJ, 2004. Disponível em: https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/Jango/artigos/NaPresidenciaRepublica/As_reformas_de_base; Acesso em: 21 fev. 2021.

⁸ COMÍCIO da Central: 300 mil apoiam reformas. Museu Virtual Memorial da Democracia, 2015. Disponível em: <http://memorialdademocracia.com.br/card/comicio-da-central-300-mil-apoiam-reformas>; Acesso em: 22 fev. 2021. De acordo com Daniel Aarão Reis, o número de manifestantes chegou a trezentos e cinquenta mil. Cf. REIS, Daniel Aarão. Ditadura Militar, esquerdas e sociedade. Coleção Descobrimdo o Brasil, 3ª edição, Rio de Janeiro: Zahar, 2005, p. 16.

realização da reforma agrária, como também declarou a impossibilidade de sua efetivação sem a mudança da Constituição brasileira que exigia indenização prévia em dinheiro para as terras desapropriadas.¹⁰

Nas capitais e regiões longínquas do país, amplos contingentes de trabalhadores urbanos e rurais declaravam apoio à concretização das reformas, pois entendiam que estas poderiam lhes trazer grandes benefícios materiais e simbólicos. Nesse sentido, exigiam a consecução das reformas e, à medida que estas permaneciam nas promessas, passaram a “defender o recurso à força, sintetizado na agressiva palavra de ordem: *reforma agrária na lei ou na marra*”.¹¹

Em outra frente daquele contexto de radicalização ideológica que antecedeu a instauração do autoritarismo no Brasil, manifestações como a *Marcha da Família com Deus pela Liberdade* reuniram milhares de pessoas que se opunham ferozmente ao que também denominavam de “perigo comunista” e que se posicionavam politicamente favoráveis à deposição de João Goulart, especialmente após o comício de 13 de março. A primeira manifestação dessa natureza ocorreu em São Paulo, em 19 de março, dia de São José, padroeiro da família, seis dias após o pronunciamento de Goulart. O evento reuniu cerca de quinhentas mil pessoas em resposta ao *Comício das Reformas*.¹²

Dentre os envolvidos na *Marcha da Família com Deus pela Liberdade*, estiveram representantes políticos como Auro de Moura Andrade (PSD), presidente do Senado, e Carlos Lacerda, integrante do partido União Democrática Nacional (UDN) e governador do recém-criado Estado da Guanabara (1960-1975). Na dianteira da articulação, o Deputado Federal Antônio Silvio da Cunha Bueno (PSD) e Leonor de Barros, esposa do Governador de São Paulo, Ademar de Barros, membro fundador e integrante do Partido Social Progressista (PSP), receberam apoio de conhecidas entidades financiadas pelo empresariado, como a Campanha da Mulher pela Democracia (CAMDE),¹³ União Cívica Feminina (UCF),¹⁴ Sociedade Rural Brasileira (SRB),¹⁵

¹⁰ FERREIRA, Marieta de Moraes. As reformas de base. In: Jango: A trajetória política de João Goulart. Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC – FGV), Rio de Janeiro-RJ, 2004. Disponível em: https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/Jango/artigos/NaPresidenciaRepublica/As_reformas_de_base; Acesso em: 21 fev. 2021.

¹¹ REIS, Daniel Aarão. Ditadura Militar, esquerdas e sociedade. Coleção Descobrimos o Brasil, 3ª edição, Rio de Janeiro: Zahar, 2005, p. 14.

¹² REIS, Daniel Aarão. Ditadura Militar, esquerdas e sociedade. Coleção Descobrimos o Brasil, 3ª edição, Rio de Janeiro: Zahar, 2005, p. 16.

¹³ A CAMDE foi um movimento feminino católico, organizado na cidade do Rio de Janeiro, em 1962, com o objetivo de se opor ao governo João Goulart através da promoção de campanhas anticomunistas com a distribuição de panfletos. De acordo com Rafael Márcio Kretzer, a CAMDE “[...] era uma entidade de alcance nacional caracterizada pelo seu discurso eminentemente anticomunista, zelando pela democracia, pela família e pelos valores cristãos. As atividades de maior visibilidade promovidas pela CAMDE eram a organização e promoção das Marchas da Família com Deus pela Liberdade, ocorridas em várias cidades por todo o Brasil.”. Cf. KRETZER, Rafael Márcio. A atuação da Campanha da Mulher pela Democracia (CAMDE) em Florianópolis e o golpe civil-militar de 1964. Revista Santa Catarina em História, v. 9, n. 2, p. 74-87, 2015. Disponível em: <http://seer.cfh.ufsc.br/index.php/sceh/article/view/735>; Acesso em: 22 fev. 2021.

¹⁴ A União Cívica Feminina foi um “Movimento feminino católico organizado em 1962 em São Paulo em oposição ao governo de João Goulart. Cessou suas atividades quando o movimento político-militar de 31 de março de 1964 depôs o presidente da República.”. Cf. UNIÃO Cívica Feminina. Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea

Fraterna Amizade Urbana e Rural (FAUR), Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP) e do Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES). Conforme indicado por Daniel Aarão Reis, essas instituições articularam várias correntes de oposição às *Reformas de Base*:

“[...] das elites tradicionais a grupos empresariais favoráveis a projetos modernizantes. Aliavam-se também, nessa verdadeira frente social, grande parte das classes médias e até mesmo setores populares: pequenos proprietários, profissionais liberais, homens de terno-e-gravata, empregados de colarinho branco, oficiais das forças armadas, professores e estudantes, jornalistas, trabalhadores autônomos, enfim, toda uma constelação de profissões e atividades beneficiadas pelo dinamismo da economia brasileira.”¹⁶

Para ampliar o alcance dos *discursos antirreformistas*, os interessados na deposição de Goulart necessitaram de um mecanismo de divulgação e propaganda à altura. Naquela conjuntura, o IPES se consolidava como ferramenta estratégica de interlocução. De acordo com Heloisa Starling, o IPES havia sido criado em agosto de 1961 por um grupo de empresários do Rio de Janeiro e de São Paulo e por oficiais ligados à Escola Superior de Guerra (ESG). Para a autora, a instituição funcionou como veiculadora de informações, dimensionando a *opinião pública*. Em suas palavras,

[...] O IPES tinha uma estrutura interna construída em torno de dez Grupos de Estudo e Ação (GEA). Os GEA operavam em áreas distintas de intervenção política, produção de propaganda e doutrinação ideológica, manipulação da opinião pública e capacidade de influência em áreas e grupos sociais específicos – nas Forças Armadas, no Congresso, na Igreja, na Imprensa, ou junto às classes médias.”¹⁷

Observe que, apesar do uso da palavra “manipulação” pela autora, termo que poderia enfraquecer a ideia de protagonismo social, instituições de veiculação de informações direcionadas para a população, como o IPES, parecem ter dimensionado os rumos da *opinião pública* na sociedade brasileira dos anos 1960 e concorreram para a legitimação do golpe de 1964 e a consolidação do novo regime que se instaurava. Nesse sentido, partimos da ideia de que a manipulação de tecnologias de informação e comunicação de massa, como o IPES, influenciam nos

do Brasil (CPDOC – FGV), Rio de Janeiro-RJ, 2021. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/uniao-civica-feminina>; Acesso em: 22 fev. 2021.

¹⁵ De acordo com o portal da Sociedade Rural Brasileira (SRB), ela se constitui em uma associação de produtores rurais que trabalha desde 1919 na representação política em defesa do setor agropecuário. Apesar de se posicionar ao lado dos opositores de João Goulart em 1964 e participar ativamente da Marcha da Família com Deus pela Liberdade, a SRB em seu aniversário de cem anos apontou que, ainda em 1964, constatou que o então presidente, General Castello Branco, não priorizaria a liberdade econômica no campo” e que por esta razão havia rompido com o governo naquele mesmo ano. Cf. 100 anos de SRB: Protagonista no Agro e na história do Brasil. Sociedade Rural Brasileira, 2019. Disponível em: <https://srb.org.br/publicacoes/100-anos-de-srb-protagonista-no-agro-e-na-historia-do-brasil/>; Acesso em: 22 fev. 2021.

¹⁶ REIS, Daniel Aarão. Ditadura Militar, esquerdas e sociedade. Coleção Descobrimos o Brasil, 3ª edição, Rio de Janeiro: Zahar, 2005, p. 14.

¹⁷ STARLING, Heloisa Maria Murgel. GOLPE Militar de 1964. Brasil Doc. Arquivo Digital – Projeto República, Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), 2001. Disponível em: <https://www.ufmg.br/brasildoc/temas/1-golpe-militar-de-1964/>; Acesso em: 22 fev. 2021.

posicionamentos políticos de sujeitos e grupos sociais e dimensionam as tomadas de decisões políticas pelas forças armadas.

Nos três últimos anos que antecederam a deposição de Goulart, o IPES desempenhou papel estratégico de veiculação de propagandas de caráter *antirreformistas* com o objetivo de dimensionar a *opinião pública* com a tentativa de minar a aceitação de ampla parcela da sociedade brasileira sobre as *reformas de base*. A estratégia utilizada teve relação com a *transfiguração* desse conjunto de medidas *nacional-estatistas* sob a roupagem pejorativa que projetavam sobre o, já posto na ilegalidade, Partido Comunista Brasileiro (PCB). Desse modo, influenciaram a *opinião pública* e auxiliaram na disseminação de discursos anticomunistas.

Ao analisar os rumos da *Nova História Política* nos termos pensados por René Rémond e se basear nas análises do historiador Charles Seignobos, Jean-Jaques Becker, historiador francês, observou que os pesquisadores que projetam suas análises sobre os sentidos da *opinião pública* devem refletir sobre a maneira como os acontecimentos agem sobre ela, a maneira como ela influi sobre os acontecimentos e valorizar essa relação, de modo que se torne viável evidenciar ambiguidades, dificuldades e riquezas da *história da opinião pública*. Além disso, influenciado por Alain Girard, Becker observou que

A opinião pública não faz a política externa, assim como não faz a interna, mas nenhuma política, ao que parece, pode ser feita nem contra, nem sem ela. [...] A opinião pública talvez não atue diretamente nos acontecimentos, não tem poder de decisão, mas tem o poder, ao que parece, de tornar ou não possível a política de seus representantes.¹⁸

Além disso, ao refletir sobre a “*manipulação*” da *opinião pública* e sua relação com a história política, Becker observou que a “*manipulação*” pode ser definida como “uma tentativa de provocar, de maneira artificial, uma reação da opinião pública”, divulgando uma notícia falsa ou organizando um atentado, por exemplo. Becker também acrescenta que não é muito fácil dimensionar a eficácia da “*manipulação*” da *opinião pública*, pois nem sempre os resultados esperados são alcançados e certas situações criadas com propósitos específicos podem desencadear reações não calculadas. Dessa forma, “uma “*manipulação*” só tem chance de ser bem sucedida quando acompanha as tendências profundas da opinião pública”. De todo modo, o autor conclui que a *opinião pública* intervém de diversas maneiras nos processos históricos e que “não existe política que possa se desenvolver por muito tempo – pelo menos num Estado democrático e provavelmente também um pouco nos outros – sem vínculos estreitos com as tendências dominantes da *opinião pública*”.¹⁹

¹⁸ BECKER, Jean-Jacques. A opinião pública. In. RÉMOND, René (Org.). Por uma História Política. Tradução de Dora Rocha. 2ª edição, Rio de Janeiro-RJ: FGV, p. 185-211, 2003, p. 203.

¹⁹ BECKER, Jean-Jacques. A opinião pública. In. RÉMOND, René (Org.). Por uma História Política. Tradução de Dora Rocha. 2ª edição, Rio de Janeiro-RJ: FGV, p. 185-211, 2003, p. 192.

A opinião pública sobre o autoritarismo no Brasil em 1964

Ao analisar as pesquisas de opinião realizadas pelo Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística (IBOPE), desenvolvidas no contexto de 1964, com o objetivo de avaliar o apoio à instauração e manutenção do regime, Rodrigo Patto Sá Motta observou que o contraste entre o apoio a João Goulart antes do golpe e os números levantados após a instauração do regime indicam boa aceitação das medidas autoritárias. Suas análises indicaram que tal apoio ao autoritarismo foi marcado pela instabilidade de opiniões e oscilou bastante nos primeiros anos. Neles, a *opinião pública* não estabelecia críticas contundentes em direção às *reformas de base*, mas pautavam suas posições em *representações anticomunistas* disseminadas na sociedade brasileira.²⁰

Motta também evidencia que as pesquisas de opinião, desenvolvidas antes e após 1964, sugerem que o apoio, a resistência e mesmo a falta de posicionamento de parcela significativa da sociedade à intervenção autoritária dimensionaram os rumos da política brasileira na segunda metade do século XX. Naquele contexto, “o medo de *ameaças à ordem*²¹ foi ingrediente central na crise política de 1964 e expressou-se, sobretudo, por meio do *imaginário anticomunista*”. Dessa forma, suas análises indicam que grande parcela da sociedade que apoiou a tomada do poder pelas forças armadas tinha receio de uma possível ameaça à *ordem social* pela instauração do *comunismo* e que tal receio não se confundia com uma visão negativa sobre as *reformas de base*, pois estas não eram, necessariamente, vistas como parte do imaginário sobre o chamado “*perigo vermelho*”. Ou seja, o repúdio total às *reformas de base*, o que poderia caracterizar o chamado *antirreformismo* foi uma postura com fraco apoio da *opinião pública*. A questão era que “muitos cidadãos apoiavam as reformas e tinham boa impressão do governo Goulart, porém repudiavam alternativas de esquerda radicais”.²²

Além disso, Motta defende que apesar de uma proporção elevada de cidadãos brasileiros, especialmente oriundos das classes média e alta, terem dado suporte ao golpe e aos expurgos políticos subsequentes, não houve o mesmo entusiasmo no estabelecimento de um regime político sob a tutela das Forças Armadas. Os dados apresentados pelo autor sugerem que havia grande apoio ao golpe e aos expurgos políticos, mas a preferência por civis no poder e o desejo de escolha do presidente através de eleições diretas, em 1966, estavam na base dos interesses desses eleitores.

²⁰ MOTTA, Rodrigo Patto Sá. O golpe de 1964 e a ditadura nas pesquisas de opinião. Revista Tempo, volume 20, p. 1-21, 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/tem/a/4mzxk86nwdQfYdJfHpKmJNt/?lang=pt&format=html>; Acesso em: 22 ago. 2021.

²¹ De acordo com Motta, a opinião pública “[...] era majoritariamente reformista quando as mudanças afetariam o interesse de poucos, como no caso da distribuição de terras, que atingiria apenas os grandes proprietários. Porém, no caso do voto aos analfabetos, a proposta tocava em interesses e temores mais amplos, já que a inclusão no sistema eleitoral de uma massa enorme de pobres excluídos poderia mudar a balança política em favor da esquerda, ou dos ‘demagogos’, tal como denunciava a opinião de direita”. Cf. MOTTA, Rodrigo Patto Sá. O golpe de 1964 e a ditadura nas pesquisas de opinião. Revista Tempo, volume 20, p. 1-21, 2014, p. 7 e 8. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/tem/a/4mzxk86nwdQfYdJfHpKmJNt/?lang=pt&format=html>; Acesso em: 22 ago. 2021.

²² MOTTA, Rodrigo Patto Sá. O golpe de 1964 e a ditadura nas pesquisas de opinião. Revista Tempo, volume 20, p. 1-21, 2014, p. 7. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/tem/a/4mzxk86nwdQfYdJfHpKmJNt/?lang=pt&format=html>; Acesso em: 22 ago. 2021.

Ou seja, “havia adesão a medidas autoritárias, mas não necessariamente a uma ditadura liderada pelos militares”. Aqui, é importante observar que tal parcela da elite econômica brasileira apoiava o golpe ao tempo em que o considerava oportunidade de dimensionar de modo direto os rumos políticos do país. Mesmo assim, as pesquisas de opinião desenvolvidas a partir de maio de 1964 apontaram para o crescente apoio na derrubada de Goulart, precisamente, quando sua imagem foi efetivamente associada ao “perigo comunista”, o que tornava o golpe justificável para muitos. Como desdobramento, o apoio popular se materializaria através das mobilizações públicas de caráter *anticomunista*.

Imediatamente após o *Comício das Reformas*, as mobilizações de apoio à tomada do poder pelas forças armadas, iniciadas em 19 de março de 1964, no Rio de Janeiro, tiveram reflexos em outras capitais do país, especialmente após a deposição do Presidente João Goulart pelas Forças Armadas, no dia 31 de março de 1964. Já no dia 2 de abril, por exemplo, uma articulação feita pela CAMDE reuniu cerca de um milhão de pessoas na cidade do Rio de Janeiro, saudando o novo regime que assumia o poder.²³ O conjunto de manifestações civis que passou a ser denominado de *Marchas da Vitória* desempenhou papel de legitimação e consolidação do novo regime que se estabelecia também no cenário político com ampla aceitação da sociedade brasileira.



Figura 2 - Marcha da Família com Deus pela Liberdade, no Rio de Janeiro, em comemoração pela vitória do Golpe, no dia 02 de abril de 1964. CPDOC/FGV/R251 Fatos e Fotos Gente, vol. 04, n. 167, abr. 1964. Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/Jango/album>; Acesso em: 20 fev. 2021.

²³ LAMARÃO, Sérgio. A Marcha da Família com Deus pela Liberdade. In: A trajetória política de João Goulart. Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC - FGV), Rio de Janeiro-RJ, 2004. Disponível em: https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/Jango/artigos/AConjunturaRadicalizacao/A_marcha_da_familia_com_Deus; Acesso em: 19 fev. 2021.

Esse conjunto de manifestações que sangravam as ruas das cidades brasileiras pode ser pensado como desdobramento de discursos de caráter *anticomunista*. Enquanto produções discursivas com objetivos de consolidação de ideologias políticas, *representações* sobre temas como *direito de voto aos analfabetos* e legalização do PCB se tornaram sinônimo de “*perigo comunista*” para uma ampla parcela da sociedade. Para esta, a solução para o “problema iminente” seria a tomada do poder pelas Forças Armadas. Nesse sentido, a materialização dessas manifestações concorreu para a produção de *representações*²⁴ que fomentaram as bases da instauração do Regime Civil-Militar no Brasil, em 1964, e evidenciam os desdobramentos inerentes à *opinião pública* dos brasileiros naquele período. Nas palavras de Motta,

A “opinião” era elemento importante para os agentes políticos e para o Estado – todos estavam atentos a ela na busca pela conquista e manutenção do poder. A decisão de deslanchar o golpe foi influenciada pela sensação de que teria apoio em seguimentos sociais expressivos. A ditadura instalou-se graças à força militar, mas, para durar e ter estabilidade política, era preciso conquistar legitimidade.²⁵

Outra questão é que apesar das principais manifestações terem ocorrido em cidades como Rio de Janeiro e São Paulo, as demais não estiveram alheias à efervescência política vigente. Ao analisar as *representações* sobre as *Marchas da Vitória* e suas relações com a instauração do Regime Civil-Militar no Ceará, através de matérias jornalísticas publicadas pela imprensa cearense entre 1961 e 1964 como produto das mobilizações das elites políticas locais, Jucélio Regis da Costa observou que as *Marchas da Vitória* devem ser entendidas como acontecimento político, possuindo intensidade, força e sentidos diversificados. Além disso observou que, após o golpe, tais manifestações cresceram substancialmente, diferenciando-se das anteriores em seus sentidos e significados. Nas palavras de Costa,

As manifestações continuaram no período pós-golpe, não apenas como expressões de combate ao comunismo, mas como parte de um processo de consolidação do movimento militar em território nacional, construído em um ambiente de mobilização da *opinião pública* em apoio aos militares tratados como “heróis” por salvar a nação brasileira e como demonstração de apoio e adequação à nova ordem política instituída no país. Deste modo, surgiram as Marchas da Vitória, visando celebrar as Forças Armadas do Brasil pela ação intervencionista, considerando este ato como um processo

²⁴ Sobre o uso do conceito de representação nos utilizamos das reflexões apresentadas por Roger Chartier. Ao analisar as formas de teatralização da vida social na sociedade do Antigo Regime, Chartier observou que “[...] A relação de representação é [...] perturbada pela fraqueza da imaginação, que faz com que se tome o engodo pela verdade, que considera os signos visíveis como índices seguros de uma realidade que não o é. Assim desviada, a representação transforma-se em máquina de fabricar respeito e submissão, num instrumento que produz uma exigência interiorizada, necessária exatamente onde faltar o possível recurso à força bruta”. Cf. CHARTIER, Roger. O mundo como representação. Estudos avançados, v. 5, n. 11, 1991, p. 185. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/eav/article/view/8601>; Acesso em: 18 ago. 2021.

²⁵ MOTTA, Rodrigo Patto Sá. O golpe de 1964 e a ditadura nas pesquisas de opinião. Revista Tempo, volume 20, p. 1-21, 2014, p. 19. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/tem/a/4mzxk86nwdQfYdJfHpKmJNt/?lang=pt&format=html>; Acesso em: 22 ago. 2021.

de “restauração da democracia” e preservação dos valores morais e religiosos.²⁶

Os dados que ora apresentamos trazem à lume diferentes ideologias presentes em diversas manifestações da sociedade civil ocorridas antes e após a instauração do Regime Civil-Militar no Brasil, em 31 de março de 1964, e as produções historiográficas sobre o período. A nosso ver, elas evidenciam os conjuntos de forças sociais, políticas e ideológicas presentes na instauração daquele regime político.

Para fundamentar tais reflexões, tomamos como base as análises do historiador social Marcos Napolitano, segundo o qual não há dúvidas de que, em 1964, houve um Golpe de Estado. Para o autor, ele “foi o resultado de uma ampla coalizão civil-militar, conservadora e antirreformista”. Nesse sentido, observa que “o golpe foi resultado de uma profunda divisão na sociedade brasileira, marcada pelo embate de projetos distintos de país, os quais faziam leituras diferenciadas do que deveria ser o processo de modernização e de reformas sociais”.²⁷

Victor Leandro Chaves Gomes e Hélio de Lena, ao refletirem sobre a complexidade dos acontecimentos que marcaram a história política brasileira daquele período, observaram que a ascensão dos militares ao poder foi acompanhada por uma forma de relação com a sociedade civil que “[...] surgiu e floresceu nos anos posteriores, e estava relacionada diretamente com a adoção da *Doutrina de Segurança Nacional (DSN)*²⁸ e de um aparato *legal* que justificaria o regime em toda sua extensão cronológica”.²⁹

Já o historiador Carlos Fico, ao analisar as diferentes perspectivas da produção historiográfica brasileira sobre o Golpe de 1964, no Brasil, observou que

As transformações estruturais do capitalismo brasileiro, a fragilidade institucional do país, as incertezas que marcaram o governo de João

²⁶ COSTA, Jucélio Regis da. Os jornais em marcha e as marchas da vitória nos jornais: a imprensa e o golpe civil militar no Ceará (1961-1964). 2015. 157f. – Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Programa de Pós-graduação em História, Fortaleza (CE), 2015, p. 15 e 19. Disponível em: <http://www.repositorio.ufc.br/handle/riufc/14511>; Acesso em: 20 fev. 2021.

²⁷ NAPOLITANO, Marcos. 1964: história do regime militar brasileiro. São Paulo: Contexto, 2014, p. 12. Disponível em: <https://lelivros.love/book/baixar-livro-1964-historia-do-regime-militar-brasileiro-marcos-napolitano-em-pdf-epub-e-mobi-ou-ler-online/>; Acesso em: 15 fev. 2021.

²⁸ De acordo com Enrique Serra Padrós, “Uma das principais premissas da Doutrina de Segurança Nacional (DSN), marco de diretrizes gerais presentes nas ditaduras da região [América Latina], é a rejeição da ideia da divisão da sociedade em classes, pois as tensões entre elas entram em conflito com a noção de unidade política, elemento basilar daquela. Segundo os princípios da DSN, o cidadão não se realiza enquanto indivíduo ou em função de uma identidade de classe. É a consciência de pertencimento a uma comunidade nacional coesa que potencializa o ser humano e viabiliza a satisfação das suas demandas. Nesse sentido, qualquer entendimento que aponte a existência de antagonismos sociais ou questionamentos que explicitem a dissimulação de interesses de classe por detrás dos setores políticos dirigentes é identificado como nocivo aos interesses da “nação” e, portanto, deve ser combatido como tal”. Cf. PADRÓS, Enrique Serra. Repressão e violência: segurança nacional e terror de Estado nas ditaduras latino-americanas. In: FICO, Carlos; FERREIRA, Marieta de Moraes; ARAUJO, Maria Paula; QUADRAT, Samantha Viz (Orgs.). Ditadura e Democracia na América Latina: balanço histórico e perspectiva. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2008. p. 143-178, p. 144. Disponível em: https://www.academia.edu/40075613/Ditadura_e_Democracia_na_Am%C3%A9rica_Latina; Acesso em: 09 out. 2020.

²⁹ GOMES, Victor Leandro Chaves, & LENA, Hélio de. A construção autoritária do regime civil-militar no Brasil: Doutrina de Segurança Nacional e Atos Institucionais (1964-1969). OPSIS, Catalão/GO, v. 14, n. 1, p. 79-100, jan./jun. 2014, p. 79, 81 e 88. Disponível em: <https://www.revistas.ufg.br/Opis/article/view/28996>; Acesso em: 09 out. 2020.

Goulart, a propaganda política do IPES, a índole golpista dos conspiradores, especialmente dos militares – todas são causas, macroestruturais ou micrológicas, que devem ser levadas em conta, não havendo nenhuma fragilidade teórica em considerarmos como razões do golpe tanto os condicionantes estruturais quanto os processos conjunturais ou os episódios imediatos.³⁰

Assim, ressaltadas a diversidade e profundidade da participação da sociedade na instauração e manutenção do golpe de 1964, muito do que se sucedeu ao acontecimento não parece ter sido amparado pelas representações sociais daquela ampla parcela social que apoiou a instauração do regime. Logo nos primeiros atos após sua instauração, indícios de autoritarismo iniciaram o longo período de exceção que se consolidaria nos anos seguintes.

Dentre os principais meios jurídicos utilizados para justificar suas ações, os militares criaram, pelo menos, nove Atos do *Comando Supremo da Revolução* (ACSR's)³¹, dezessete Atos Institucionais (AI's) e cento e quatro Atos Complementares (AC's) com base nos quais fundamentaram suas práticas militaristas e autoritárias, o que concorreu para o fortalecimento da centralização político-administrativa ao longo de duas décadas. Os primeiros Atos Institucionais, I (09 de abril de 1964) e II (27 de outubro de 1965), ao tempo em que representavam a instauração do golpe sob a roupagem de uma “revolução vitoriosa do movimento civil e militar”, extinguiram os treze partidos políticos existentes e cancelavam seus registros junto ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE).³²

Em fins de 1968, em meio às inseguranças da *opinião pública* e as incertezas quanto aos aparatos jurídicos que relativizavam as ações do governo militar, o Ato Institucional Nº 5 (AI-5)

³⁰ FICO, Carlos. Versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar. Revista Brasileira de História, São Paulo, v. 24, n. 47, p. 29-60, 2004, p. 56. Disponível em: <https://www.scielo.br/rbh/v24n47/a03v2447.pdf>; Acesso em: 09 out. 2020.

³¹ O autodenominado Comando Supremo da Revolução (CSR) foi uma espécie de triunvirato formado em 1964 por uma junta militar arregimentada por três ministros militares: Artur da Costa e Silva (Ministro do Exército), Augusto Rademaker Grünewald (Ministro da Marinha) e Francisco de Assis Correia de Melo (Ministro da Aeronáutica). Dentre outros feitos, ainda em 1964, o referido comando foi responsável pela assinatura do Ato Institucional Nº 1, de 9 de abril de 1964, o qual formalizaria as ações políticas empreendidas pelos militares, e pela assinatura do Ato do Comando Supremo da Revolução Nº 1, de 10 de abril de 1964, o qual suspendia os direitos políticos por dez anos de, pelo menos, cem cidadãos brasileiros, incluindo figuras políticas, desembargadores, líderes sindicais, jornalistas, dentre outras pessoas públicas. Cf. BRASIL. ATO INSTITUCIONAL Nº 1, DE 09 DE ABRIL DE 1964. Dispõe sobre a manutenção da Constituição Federal de 1946 e as Constituições Estaduais e respectivas Emendas, com as modificações introduzidas pelo Poder Constituinte, originário da Revolução Vitoriosa. Diário Oficial da União, Brasília, 9 abr. 1964. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ait/ait-01-64.htm; Acesso em: 09 out. 2020; BRASIL. ATO DO COMANDO SUPREMO DA REVOLUÇÃO Nº 1, DE 10 DE ABRIL DE 1964. Ato nº 1 – Suspende direitos políticos. Diário Oficial da União, Brasília, 10 abr. 1964. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/atocsr/1960-1969/atodocomandosupremodarevolucao-1-10-abril-1964-364826-publicacaooriginal-1-csr.html>; Acesso em 09 abr. 2020.

³² BRASIL. ATO INSTITUCIONAL Nº 1, DE 09 DE ABRIL DE 1964. Dispõe sobre a manutenção da Constituição Federal de 1946 e as Constituições Estaduais e respectivas Emendas, com as modificações introduzidas pelo Poder Constituinte, originário da Revolução Vitoriosa. DOU de 9.4.1964 e republicado em 11.4.1964. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ait/ait-01-64.htm; Acesso em: 18 ago. 2021; BRASIL. ATO INSTITUCIONAL Nº 2, DE 27 DE OUTUBRO DE 1965. Mantém a Constituição Federal de 1946, as Constituições Estaduais e respectivas Emendas, com as alterações introduzidas pelo Poder Constituinte, originário da Revolução de 31.03.1964, e dá outras providências. DOU de 27.10.1965, republicado em 28.10 e 05.11.1965. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ait/ait-02-65.htm; Acesso em: 18 ago. 2021.

dotaria o Presidente da República, Marechal Artur da Costa e Silva (1967-1969), de amplos poderes coercitivos que incluíam desde a possibilidade de intervenção nos estados e municípios (abrindo brechas para a suspensão de direitos políticos de qualquer cidadão pelo prazo de dez anos) até a cassação de mandatos eletivos federais, estaduais e municipais.³³

No mesmo dia da publicação do AI-5, Costa e Silva também assinaria o Ato Complementar Nº 38, no qual decretava o recesso das atividades parlamentares desde o Congresso Nacional, repetindo iniciativas direcionadas para certas Assembleias Legislativas e Câmaras de Vereadores em diferentes regiões do país.³⁴ Em agosto de 1969, após mais ou menos dez meses de recesso parlamentar compulsório, os presidentes do Senado e da Câmara dos Deputados Federais, Gilberto Marinho, membro fundador e integrante do partido governista Aliança Renovadora Nacional (ARENA), e José Bonifácio de Andrada (ARENA) declaravam reabertas as seções para os trabalhos do Congresso sob a égide do Bipartidarismo, instalado no país entre 1966 e 1979 e representado por ARENA e o Movimento Democrático Brasileiro (MDB), este de oposição consentida.³⁵

No dia 25 de outubro de 1969, com 239 votos a favor e 76 abstenções dos membros do então suspenso Movimento Democrático Brasileiro (MDB), o Congresso Nacional elegia um candidato à presidência da república entre os militares. Assim, quarenta anos após participar da ascensão de Getúlio Vargas ao poder, em 1930, o General Emílio Garrastazu Médici (1969-1974) deixava a chefia do Serviço Nacional de Informações (SNI) para se tornar o terceiro militar do Exército Brasileiro a ocupar a função de Chefe do maior país da América Latina, desde 1964, e o vigésimo oitavo Presidente da República do Brasil desde 1889.

Dentre as estratégias utilizadas para a manutenção de seu governo, a reabertura do Congresso Nacional (1969) e a utilização maciça de propagandas de estímulo ao patriotismo através do slogan “Brasil: ame-o ou deixe-o”, foram formas de apoio basilares de seu governo. Em sua gestão, o projeto econômico desenvolvimentista, administrado em diálogo com o capital internacional, produzia frutos para o que se convencionaria chamar de “o milagre brasileiro”,

³³ BRASIL. ATO INSTITUCIONAL Nº 5, DE 13 DE DEZEMBRO DE 1968. São mantidas a Constituição de 24 de janeiro de 1967 e as Constituições Estaduais; O Presidente da República poderá decretar a intervenção nos estados e municípios, sem as limitações previstas na Constituição, suspender os direitos políticos de quaisquer cidadãos pelo prazo de 10 anos e cassar mandatos eletivos federais, estaduais e municipais, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 13 dez. 1968. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ait/ait-05-68.htm; Acesso em: 08 out. 2020.

³⁴ BRASIL. ATO COMPLEMENTAR Nº 38, DE 13 DE DEZEMBRO DE 1968. Decreta o recesso do Congresso Nacional. Diário Oficial da União - Seção 1 - 13/12/1968, Página 10802. Coleção de Leis do Brasil, v. 7, p. 7, 1968, Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/atocom/1960-1969/atocomplementar-38-13-dezembro-1968-364743-publicacaooriginal-1-pe.html>; Acesso em: 23 set. 2020.

³⁵ Conforme indicado no Portal Memórias da Ditadura, “Nesse período, o quadro partidário real da oposição era mais amplo e mais à esquerda. Ainda que abalados pela repressão, continuavam a existir na clandestinidade o Partido Comunista Brasileiro (PCB), o Partido Comunista do Brasil (PCdoB), a Ação Popular (AP), o Partido Operário Revolucionário (PORT) e a Política Operária (POLOP). Essas forças políticas, e as que delas se originaram, foram protagonistas de grandes lutas contra a ditadura. Os partidos de esquerda marxista se dividiram entre a opção pela luta armada e pela resistência civil”. Cf. PARTIDOS Políticos e o Regime Militar. Memorial da Ditadura: Acervo Vladimir Herzog, 2021. Disponível em: <http://memoriasdaditadura.org.br/partidos-politicos/>; Acesso em: 18 ago. 2021.

período caracterizado pelo crescimento econômico recorde, baixa inflação e criação de projetos desenvolvimentistas como o *Programa de Integração Nacional* (PIN)³⁶.

Os Atos Complementares criados nesse período dariam o tom daquilo que Janaina Martins Cordeiro, na tentativa de evitar representações simplistas sobre o período, problematizou com base nos discursos produzidos a partir da dicotomia “*anos de chumbo/anos de ouro*”, período muitas vezes relacionado aos acontecimentos políticos e econômicos ocorridos entre 1969 e 1974. De acordo com Cordeiro, análises que privilegiam apenas uma das versões sobre o período tendem a parcializar as ações do regime e as consequências sofridas por sujeitos alvos dos ataques do governo. Dessa forma, a autora observou que

Para além dos binarismos, por vezes simplificadores, a verdade é que os anos 1970, particularmente o período que vai de 1969 a 1974, não foram anos de ouro ou anos de chumbo. Foram, muitas vezes, os dois ao mesmo tempo, ou ainda: se foram um e outro, é preciso perceber que há um enorme espaço entre quem os viveu como anos de ouro e quem os viveu como anos de chumbo, configurando, entre um polo e outro, uma diversidade enorme de comportamentos sociais.³⁷

Certamente, o caleidoscópio de experiências vivenciadas ao longo do regime de exceção dimensionou de forma direta a *opinião pública* sobre o regime e suas ideologias. O cenário que se descortinou nas décadas seguintes evidenciava o sentimento de insatisfação de ampla parcela da sociedade brasileira que passou a se organizar de forma crítica em direção aos procedimentos tomados pelas forças armadas no governo do país. Dessa forma, se na década de 1960 os ânimos de parcela da sociedade civil foi simpático à tomada do poder político pelos militares, o que se observa nas décadas seguintes foi o crescente descontentamento com relação às políticas sociais que não davam conta de responder às expectativas da sociedade, especialmente em termos de bem-estar social, culminando com a “abertura política” lenta e gradual que tomou forma nos anos 1974, e vislumbrou a promulgação da Constituição da República Federativa Brasileira, em 05 de outubro de 1988, caracterizando a indicação de novos rumos para a História Política Brasileira.

Considerações pontuais

Após reflexão sobre as diversas análises desenvolvidas sobre o período, observamos que nenhuma delas endossa a ideia de que houve uma “ditadura civil-militar” no Brasil, pois consideram que apesar de haver uma parcela ampla de sócios e beneficiários civis durante o regime

³⁶ O PIN teve como objetivo a implantação de diversas obras de infraestrutura e social no norte e nordeste do país. Cf. ABREU, Alzira Alves de. Programa de Integração Nacional (PIN). Verbete. Acervo do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil da Fundação Getúlio Vargas (FGV CPDOC). Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/programa-de-integracao-nacional-pin>; Acesso em: 23 set. 2020.

³⁷ CORDEIRO, Janaina Martins. Anos de chumbo ou anos de ouro? A memória social sobre o governo Médici. *Estud. hist.* (Rio J.), Rio de Janeiro, v. 22, n. 43, p. 85-104, jun. 2009, p. 90-91. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-21862009000100005>; Acesso em: 08 out. 2020.

de exceção, foram os militares que se mantiveram no centro decisório do poder. De todo modo, o reconhecimento da presença de uma parcela significativa da sociedade civil, oriunda “de fora da caserna” que apoiou a instauração e consolidação do regime, se beneficiando de suas orientações ideológicas e econômicas, é indício que nos permite rascunhar interpretações sobre a influência dos cidadãos nos rumos da política brasileira.

Recebido em 05 de fevereiro de 2023

Aceito em 05 de maio de 2023